



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 7 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 8 DE ABRIL DE 2016.**

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Redução de taxas à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor; -----
2. Redução de taxas à PÓVOASOL – CSS – Centro de Solidariedade Social; ---
3. Adesão à Associação Territórios do Côa; -----
4. Apoio no âmbito da saúde; -----
5. Parecer Prévio para Prestação de Serviços; -----
6. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

A senhora vereadora Ilídia Alves Cruchinho Lélé não compareceu à reunião, encontrando-se em representação do município, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 23 de março do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado referiu-se às sobreiras existentes na Rua da Gateira na freguesia de Pedrógão de São Pedro, considerando tratar-se de um problema de segurança na via pública. -----

O Sr. Vereador Manuel Robalo disse estar a aguardar autorização para a sua limpeza. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – REDUÇÃO DE TAXAS À SANTA CASA DA MISERCÓRDIA DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Veio a Santa Casa da Misericórdia de Penamacor requerer isenção ou redução de taxas no âmbito do processo de licença administrativa nº 5/2016, nos termos do nº 2 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

Proponho que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 4 e nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à entidade requerente a redução de 50% da taxa devida no processo de licença administrativa n.º 5/2016.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2 – REDUÇÃO DE TAXAS À PÓVOASOL – CSS – CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Veio a PóvoaSol-CSS-Centro de Solidariedade Social, requerer isenção total das taxas devidas no âmbito da obra de construção do Lar Residencial para a 3ª idade, com o processo nº 45/2007. -----

Proponho que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 4 e nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à entidade requerente a redução de 50% da taxa devida no processo de licença administrativa nº 45/2007.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO TERRITÓRIOS DO CÔA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Associação de Desenvolvimento Regional Territórios do Côa é uma associação cujo objeto consiste na promoção do desenvolvimento regional sustentável e participado e na melhoria das condições sociais, culturais e materiais da vida das comunidades e áreas abrangidas, que integram os municípios da região de influência do Vale do Côa. -----

Tendo em conta o envolvimento da Associação no projeto da Carta Europeia de Turismo Sustentável Gata-Malcata/Terras do Lince, é sustentável que o Município de Penamacor possa integrar a Associação Territórios do Côa. A participação do Município de Penamacor na associação reveste-se pois de relevante interesse público local, na medida em que permite de algum modo reforçar sinergias na obtenção de fundos comunitários, e contribuir para a promoção da região e valorização do seu potencial natural e turístico. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Assim, -----

Considerando as atribuições dos municípios em matéria de promoção do desenvolvimento, com enquadramento na alínea m), do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando que à participação dos municípios em associações de direito privado é aplicável o regime previsto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, como resulta do nº 3 do artigo 1º do mesmo diploma; -----

Considerando, ainda, que nos termos do disposto no nº 1 do artigo 53º, por remissão do nº 3 do artigo 56º, ambos da Lei nº 52/2012, de 31 de agosto em conjugação com a alínea n) do nº 1 do artigo 25º e a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a participação municipal em associações de direito privado, -----

PROPONHO à Câmara Municipal que delibere: -----

1 – Propor à Assembleia Municipal que autorize a adesão do Município de Penamacor, em conformidade com os respetivos estatutos e a lei vigente, à Associação de Desenvolvimento Regional Territórios do Côa. -----

2 – Propor ao órgão deliberativo a aceitação, integral e sem reservas, dos Estatutos da Associação, que se anexam à presente proposta, dela fazendo parte integrante. -----

3 – Autorizar a realização da despesa com o pagamento da quota anual no valor de € 500,00 (quinhentos euros) e da comparticipação quadrimestral de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) em conformidade com os montantes que resultam dos documentos em anexo, anexando-se, ainda, os documentos comprovativos do cabimento das despesas. -----

4 – Remeter o processo para efeitos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o nº 2 do artigo 56º da Lei nº 52/2012, de 31 de agosto. -----

A adesão à Associação e os pagamentos que daí resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei 22/2015, de 17 de março após emissão do compromisso respetivo.” -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – APOIO NO ÂMBITO DA SAÚDE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 26 de Fevereiro de 2004, foi aprovado o Regulamento Municipal de Apoio no Âmbito da Saúde a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Penamacor, com o objetivo de promover melhores condições à população residente em situação de precariedade socioeconómica. -----

Com o presente Regulamento, esta Autarquia pretende apoiar a população com dificuldades económicas, em termos de assistência medicamentosa, mediante a comparticipação de parte dos custos a suportar pelos utentes na aquisição de medicamentos não cobertos pelo sistema de Segurança Social. ---

Em 10/03/2016 deu entrada o Processo de Candidatura da Requerente Isaura da Conceição Faria, residente na freguesia de Pedrogão de São Pedro. -----

Depois de reunidos os documentos solicitados e analisada a candidatura com pormenor, foi emitido o respetivo Parecer Técnico, que se anexa à presente Proposta. -----

Neste sentido, propõe-se que: -----

1. A candidatura seja admitida e aprovada, por estar em conformidade com o estipulado no Regulamento Municipal de Apoio, no Âmbito da Saúde a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Penamacor. -----

2. Que nos termos da Clausula 5ª do Regulamento Municipal mencionado no número anterior seja deliberado sobre a atribuição de um apoio no valor de 50€ (cinquenta euros) à Requerente Isaura da Conceição Faria. -----

3. Seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para que seja desde logo eficaz. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto n.º 5 e no n.º 10 do artigo 35º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o n.º 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do n.º 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite ao prestador de serviços Procifisc – Engenharia & Consultadoria, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 60 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, para prestar serviços de Projeto de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultoria técnica para Projeto de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor pelo prazo de 60 dias. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----

c) Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 35º da Lei nº 7-B/2016, de 30 de março, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso; -----

d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Projeto de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor na modalidade de consultoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 14 959,35 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

c) Há lugar à redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, na medida em que vigorou no ano de 2015, com a mesma contraparte contratos de prestação de serviços com idêntico objeto (PROCIFISC – Engenharia & Consultadoria, Lda.) Assim, tomando por referência o valor anual da respetiva despesa que era de €23 783,74, há lugar à aplicação de uma taxa de redução conforme previsto no artigo 2.º Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que se trata de um serviço, a redução será sobre o valor total do contrato € 16 260,16 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), a que corresponderá um valor total de € 14 959,35 (acrescido de IVA). Assim sendo, a redução remuneratória será de 8%, conforme documento em anexo. -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento, o prestador de serviços tem regularizada a situação fiscal e a situação contributiva. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

6 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.220.999,78 euro e uma despesa também acumulada de 1.838.688,96 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram quinze horas e cinquenta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares